



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE CERNACHE

QUADRIÉNIO 2021-25

MINUTA DA ATA NÚMERO DOZE

Aos vinte e oito dias do mês de junho de dois mil e vinte e quatro, pelas vinte e uma horas, reuniu em sessão ordinária a Assembleia de Freguesia de Cernache, na Sala Novas Oportunidades, para dar cumprimento à seguinte ordem de trabalhos:

Ponto um – Informações;

Ponto dois – Protocolo com a Boavista Sun Cernache, Universal, Lda, no âmbito da Rota das Quelhas e Cortelhas;

Ponto três – Criação do Ecomuseu de Cernache – Centro de Interpretação do Território e Ambiente;

Ponto quatro – 1.ª Revisão Orçamental.

Esta minuta, sobre as deliberações mais importantes tomadas por esta Assembleia de Freguesia, foi elaborada nos termos do disposto nos números 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Foi aprovada, por maioria, com oito votos a favor e uma abstenção, a ata da reunião número onze.

A Assembleia de Freguesia fez uma apreciação da informação escrita e da situação financeira apresentada pelo Presidente da Junta de Freguesia.

A Assembleia de Freguesia aprovou os seguintes documentos:

- Protocolo com a Boavista Sun Cernache, Universal, Lda, no âmbito da Rota das Quelhas e Cortelhas, com seis votos a favor e três abstenções;

- Criação do Ecomuseu de Cernache – Centro de Interpretação do Território e Ambiente, por unanimidade;

- Primeira Revisão Orçamental, por unanimidade;

- Minuta do Contrato Interadministrativo entre Município de Coimbra e a Freguesia de Cernache, com oito votos a favor e uma abstenção.

Foi lida e aprovada a ata em minuta por unanimidade dos presentes.

E nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião da qual foi elaborada a presente ata em minuta, que será assinada pelo presidente e pelo primeiro secretário da Mesa de Assembleia de Freguesia.

1.º Secretário


(Isabel Maria Eufásio Correia)

O Presidente


(Rui António Seguro Apóstolo)



W
vte
P

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE CERNACHE
QUADRIÉNIO 2021-25
ATA NÚMERO DOZE

Aos vinte e oito dias do mês de junho de dois mil e vinte e quatro, pelas vinte e uma horas, reuniu em sessão ordinária a Assembleia de Freguesia de Cernache, na Sala Novas Oportunidades, para dar cumprimento à seguinte ordem de trabalhos:

Ponto um – Informações;

Ponto dois – Protocolo com a Boavista Sun Cernache, Universal, Lda, no âmbito da Rota das Quelhas e Cortelhas;

Ponto três – Criação do Ecomuseu de Cernache – Centro de Interpretação do Território e Ambiente;

Ponto quatro – 1.ª Revisão Orçamental.

Presidiu à reunião o Presidente da Mesa de Assembleia (PMA) em funções, Rui Apóstolo, coadjuvado por Isabel Correia e Vítor Tenente, respetivamente, Primeiro e Segundo Secretários em funções.

Estiveram presentes, para além dos mencionados Membros da Mesa em funções, ainda os seguintes Membros:

- pela Coligação Democrática Unitária (CDU) – Arlindo Vieira, Nuno Rodrigues, José Campos e Fátima Ventura;
- pelo Partido Socialista (PS) – Marta Ferro;
- pelo Partido Social Democrata (PSD) – Ana Maia.

Também estiveram presentes o presidente do executivo da Junta de Freguesia (JF), Vítor Carvalho, e o secretário, António Lopes.

O PMA, Rui Apóstolo, após saudar os eleitos e o público presente, salientou o grande número de festas que se têm realizado na freguesia e o facto de estas serem

motivo de entusiasmo, alegria e união entre as pessoas, mas também deixou como reflexão pessoal que falta ligar as iniciativas e as pessoas das festas às da política.

De seguida, passou à aprovação da ata da reunião número onze, que foi aprovada por maioria, com oito votos a favor e uma abstenção, esta de Ana Maia, pelo facto de não ter estado presente na reunião anterior.

A propósito da ata aprovada, Isabel Correia fez notar que, na intervenção de Marisa Beja, está escrito, conforme referido pela mesma, que Marisa Beja questionou a Mesa da Assembleia (MA) pela decisão que esta tinha tomado sobre o uso da carrinha da JF, mas, no seu entender, Marisa Beja devia querer dizer AF e não MA. Isabel Correia lembrou que, sobre o valor a pagar por “Outros Serviços prestados à Comunidade”, foi a CDU que entendeu que a carrinha da JF não devia ser alugada e o PSD que sugeriu retirar-se a taxa relativa ao aluguer da carrinha, visto não ser o objeto social de uma JF e assim, CDU e PSD votaram favoravelmente o Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças e PS e SC votaram contra. Recordou, ainda, que a própria, enquanto representante do SC, apresentou uma apreciação negativa ao documento acima citado.

De imediato, o PMA passou ao ponto um, intitulado “Informações”, tendo colocado em apreciação deste órgão a “Informação do Presidente da Junta de Freguesia à Assembleia de Freguesia”. Começou por dar a palavra a Marta Ferro que, sobre a referência relativa à intervenção das Águas de Coimbra no coletor de águas pluviais na rua da Mina, perguntou para quando está previsto o início da mesma e o PJF respondeu que será antes de acabar o Verão, até setembro.

No ponto sobre Educação, Marta Ferro quis saber se foi o executivo da JF que organizou o segundo concurso “Ecomascote” e o PJF esclareceu que foi a JF juntamente com a Associação de Pais. Marta Ferro louvou esta iniciativa, bem como a comemoração do Dia Mundial da Criança e salientou a importância do apoio da JF nestas iniciativas com os jovens, até porque dão visibilidade ao Centro Escolar da freguesia. O PJF acrescentou que o executivo também tem apoiado as visitas escolares.

Relativamente à limpeza dos lugares da freguesia, Marta Ferro fez o reparo de que no lugar de Vila Nova algumas ruas estão cheias de ervas e o PJF informou que foram limpas as ruas no interior de Vila Nova, atendendo à realização da festa e que está a ser limpo o cemitério. Salientou que estas limpezas estão a ser realizadas pelos empregados da JF, mas que neste momento estes não conseguem chegar a todo o lado e

h
A
E

fez ainda notar que é difícil conseguir prestadores destes serviços quer por concurso, quer por consulta prévia.

No âmbito da ação social, sobre as aulas de ginástica com a população sénior, Marta Ferro quis saber para onde iam passar estas aulas e o PJF respondeu que iam passar para as outras escolas. Sobre o apoio aos idosos que vivem em situação de vulnerabilidade, Marta Ferro questionou o número de idosos apoiados e, tendo sido informada de que esta população diminuiu, quis saber se havia possibilidade de captar outros seniores para esse tipo de apoios e o PJF respondeu que estavam atentos a algumas situações.

Ainda no âmbito da ação social, Marta Ferro fez notar a falta de ações dirigidas aos jovens e o PJF informou que esta população não entra neste âmbito e ainda fez a ressalva de que os apoios dados aos idosos, nomeadamente a atribuição de pulseiras, são devidos ao isolamento dos mesmos, não se tratando de apoios sociais.

Não tendo havido outras questões, o PMA perguntou se havia alguma pergunta a colocar ao PJF sobre a situação financeira e apenas Marta Ferro salientou o facto de continuar a haver muito dinheiro em caixa que, se calhar, podia ter sido utilizado.

A terminar, Marta Ferro ainda perguntou se já havia inscrições para as atividades que estão planeadas para as duas escolas e o PJF respondeu que sim e informou que as atividades irão começar em setembro.

Posteriormente, o PMA passou ao ponto dois, intitulado “Protocolo com a Boavista Sun Cernache, Universal, Lda, no âmbito da Rota das Quelhas e Cortelhas”, tendo dado a palavra ao PJF que explicou que o executivo tem um projeto de Quelhas e Cortelhas, e pretendendo reabilitar a Quelha dos Barcos, situada dentro do parque fotovoltaico, que fazia a ligação do Loureiro à Pousada/Feteira, entrou em contacto com a empresa acima citada que acedeu a esta proposta da JF, bem como ficou responsável por adquirir e pagar as placas, painéis e outra sinalética identificada por uma técnica da Federação de Campismo e Montanhismo.

Nuno Rodrigues esclareceu que o parque fotovoltaico está dividido em quatro partes e que cada parte está vedada para respeitar os caminhos que eram públicos, sendo que estes caminhos não têm cortelhas e para as ver, será forçoso sair do caminho, havendo no entanto uma cortelha que está situada numa parte comprada pela empresa.

O PJF prosseguiu a sua explanação informando que a empresa também irá financiar a colocação de umas mesas de piquenique numa área que lhes pertence.

h A E

Marta Ferro interveio para solicitar um esclarecimento sobre a redação do ponto quatro, da cláusula dois, que diz: “Em acréscimo ao Projeto, outras iniciativas de colaboração adicionais, designadamente relativas à limpeza dos acessos públicos adjacentes à Central, poderão ser acordadas por escrito entre as Partes, por meio de Aditamento ao presente Protocolo”. No seu entender, a redação desta cláusula sobre as limpezas deve ser alterada para “devem ser acordadas” em vez de “poderão ser acordadas” para prevenir que a outra parte se negue a fazê-las. Salientou ainda o facto de este assunto remeter para a cláusula dez que refere que a resolução do protocolo pode dar-se por “incumprimento definitivo ou violação de normas técnicas ou regulamentares”, ou seja, estando aqueles obrigados a fazer a limpeza dos acessos públicos adjacentes à Central, esta cláusula dez protege a freguesia e os fregueses de Cernache da manutenção dessa área.

O PJF respondeu que foi a empresa Boavista Sun Cernache que elaborou o protocolo e Marta Ferro salientou que aquele era o seu contributo para a redação definitiva da cláusula quatro.

Nuno Rodrigues interveio para esclarecer que aquele acesso público adjacente é alcatroado e a limpeza dessa área é da competência da JF; o compromisso que está a ser assumido é uma limpeza de mil e trezentos metros de um percurso de doze quilómetros que passa dentro do parque e essa área a limpar é que deve ficar bem redigida.

Neste enquadramento, Marta Ferro perguntou se o terreno da JF ficava nessa zona e o PJF informou que era mais longe e deu a saber que a JF recebeu uma proposta de permuta de um terreno de cinco mil metros por um de onze mil metros junto à população, estando a JF ainda em contactos e a aguardar uma resposta.

O PMA perguntou a Marta Ferro se queria deixar alguma recomendação para a assinatura do protocolo e Marta Ferro respondeu que apenas pretende ver garantida a colaboração na limpeza dos acessos durante o período de vinte cinco anos.

Neste enquadramento, Marta Ferro pediu para ser esclarecida sobre o ponto dois, da cláusula quatro, que diz: “As responsabilidades legais e fiscais da execução das ações previstas neste Protocolo são da exclusiva responsabilidade da **Junta de Freguesia**”, concretamente, quis saber quais eram as responsabilidades fiscais que estavam em causa nas ações de instalação da central e o PJF esclareceu que o Protocolo dizia apenas respeito à cedência de passagens e ao pagamento direto, pela empresa, da sinalética para o trilho que pertence à JF.

h
技
\$

Marta Ferro prosseguiu com o pedido de esclarecimentos sobre as responsabilidades legais e fiscais, bem como quis saber de quem era a responsabilidade da mão de obra na colocação da sinalética e o PJF informou que a colocação da sinalética ao longo do trilho é responsabilidade da JF.

Após apurado debate sobre a redação do citado ponto dois, o PMA entendeu por bem encerrar este ponto da ordem de trabalhos, fazendo notar que já se tinham percebido as preocupações apresentadas bem como manifestar ter entendido este protocolo como sendo um benefício para a freguesia. Face a esta afirmação, Isabel Correia lembrou estar em causa uma destruição enorme a nível de património histórico, floresta, habitat natural, animais selvagens, vegetação, caminho milenar, com profundas repercussões ambientais, legais e culturais e, por esta razão, o protocolo não podia limitar-se àquilo que a empresa Boavista Sun Cernache pretende, sendo necessário exigir medidas urgentes e mais abrangentes para reparar os danos feitos.

Nuno Rodrigues perguntou se a empresa era obrigada a assinar algum protocolo e se se devia desprezar cerca de dezasseis mil euros e o PJF respondeu que não tinha qualquer obrigação.

Neste enquadramento, Isabel Correia recordou que havendo uma previsão de permanência da empresa em cerca de trinta anos, no seu entender, o protocolo devia ser pensado por ano, com atualizações de despesas anuais para que depois estas não caiam na JF.

O PMA fez um ponto de situação alertando para o facto de este não ser um protocolo de compensação de danos, mas antes um protocolo de investimento e apelou para não haver um sentimento de desconfiança relativamente ao protocolo proposto pela JF.

Marta Ferro perguntou se o protocolo ia ser assinado nos termos em que tinha sido apresentado à AF e o PJF respondeu que a JF não está em condições de exigir mais e informou que este protocolo tem vindo a ser aperfeiçoado e que a parte que é da responsabilidade da empresa é uma pequena parcela e o restante, a maior parte, é da responsabilidade da JF.

A Assembleia de Freguesia aprovou o Protocolo com a Boavista Sun Cernache, Universal, Lda, no âmbito da Rota das Quelhas e Cortelhas, com seis votos a favor e três abstenções de Isabel Correia, Marta Ferro e Vítor Tenente. Marta Ferro apresentou uma declaração de voto explicando que a sua abstenção foi tomada por entender que o estabelecimento deste protocolo é favorável para a freguesia e fregueses de Cernache,

embora considere que o mesmo necessita de ser trabalhado para se sentir confortável a votar a favor e, por esta razão, não vota contra.

De seguida, o PMA passou ao ponto três, designado “Criação do Ecomuseu de Cernache – Centro de Interpretação do Território e Ambiente”, dando a palavra a Marta Ferro. Esta considerou a iniciativa ótima, atendendo a que por um lado as aulas de ginástica que aqui existiam para os idosos estão salvas nas escolas que ficaram inativadas, dando-se assim uso a espaços que podiam ficar devolutos ou estragados e, por outro, com a criação do Ecomuseu neste espaço, pode-se ir ao encontro de criar um circuito que ligue pontos de interesse na freguesia – Museu dos Moinhos, Ecomuseu, Rota das Quelhas e Cortelhas, Museu – Escola do Brinquedo – e possa ser apresentado este roteiro a escolas do primeiro ciclo para visitas de estudo.

Nuno Rodrigues interveio para fazer notar que a Escola do Brinquedo só está aberta por marcação e Marta Ferro fez a observação de que as escolas também costumam fazer marcação deste tipo de atividades e têm que ser acompanhadas por alguém da JF.

Posteriormente, o PMA entrou no ponto quatro, intitulado “1.ª Revisão Orçamental”, tendo dado a palavra ao PJF para apresentar este documento. O PJF informou que o executivo tinha necessidade desta revisão orçamental para executar algumas obras.

Marta Ferro começou por perguntar ao PJF se a rubrica do Bar das Lapas não tinha que ser alterada e o PJF respondeu que não porque este terá que ir a concurso e, de acordo com a proposta aprovada em AF, a renda de um ano terá que ser paga na totalidade. Marta Ferro questionou se esse valor não tinha que entrar neste documento como receita e o PJF respondeu que não.

O PJF acrescentou que está prevista uma receita na rubrica intitulada “Instalações e Serviços”, no valor de EUR 17 500.00, para um conjunto de obras/construções: valetas fluviais e um coletor na Telhadela; um muro de suporte e um passeio na rua das Nogueiras, no Loureiro; ossários no Cemitério; palco no Pavilhão e compra de cadeiras.

De seguida, Marta Ferro quis saber o que estava previsto para a rubrica denominada “Outros serviços”, no valor de EUR 5 550.00 e o PJF respondeu que é uma rubrica que o contabilista disse que tinha que ser aumentada para contemplar todas aquelas situações não previstas como, por exemplo, o aluguer de uma camioneta para levar alunos a um local ou as cotas à ANAFRE. Marta Ferro perguntou se o reforço de

EUR 128 000.00 na rubrica intitulada “Viadutos, arruamentos e obras complementares” dizia respeito ao Contrato Interadministrativo e o PJF respondeu que não.

O PJF prosseguiu com a apresentação do documento, acrescentando que o reforço de EUR 200 na rubrica designada “Software informático” se deveu à aquisição de um novo programa informático e que o reforço de EUR 500 na rubrica intitulada “Pessoal em funções” se destinava a pagamento de impostos.

José Campos quis saber qual o destino da rubrica denominada “Limpeza e higiene” e o PJF respondeu que se destinava à limpeza dos edifícios da JF, Museu, Sala Novas Oportunidades, casas de banho, Cemitério, entre outras.

Colocada a votação foi aprovada a Primeira Revisão Orçamental, por unanimidade.

O PMA passou ao último ponto da ordem de trabalhos, denominado “Outros assuntos”, tendo colocado à votação desta assembleia, pela urgência da mesma, a inserção da aprovação da Minuta para «Apoio à Realização da “Expo Cernache 2024”», entregue no início desta reunião, tendo sido aceite, por unanimidade, a introdução da aprovação deste documento.

Após um breve questionamento sobre a data de realização deste evento e debatida a possibilidade de em edições futuras da Expo Cernache se harmonizar a melhor data com as associações e marchas para a realização deste evento, o apoio financeiro da Câmara, no valor de EUR 2 500.00, foi considerado baixo. O PJF explicou que este valor está relacionado com a dimensão da freguesia e informou que a Câmara ainda oferece outros apoios à realização do evento, como as licenças, a polícia municipal e contentores. Referiu, ainda, que no ano anterior o valor tinha sido superior (EUR 5 000.00), mas que neste ano a Câmara também teve mais juntas de freguesia a pedir estes apoios e salientou que no mandato do Dr. Manuel Machado, não recebia qualquer apoio à realização deste evento.

Colocada a votação a referida minuta de apoio financeiro à realização da Expo Cernache, já aprovada em sede de Câmara e de Assembleia Municipal de Coimbra, esta foi aprovada com oito votos a favor e a abstenção de Rui Seguro com a declaração de que o valor lhe parece insuficiente face à capacidade da Câmara Municipal de Coimbra.

De seguida, o PMA entregou uma cópia do Regimento com as alterações aprovadas na reunião anterior e José Campos recomendou a sua publicação na página eletrónica (site) da Junta de Freguesia.

h f

Antes de dar por terminada a reunião, o PMA passou a palavra ao público, designadamente a Paulo Lopes, e este, na sua intervenção, solicitou a demissão da Mesa de Assembleia de Freguesia (MAF) por entender que este órgão não tinha procedido corretamente no que respeita à substituição dos eleitos pelo PPD/PSD para esta reunião. Mencionou que a pessoa presente nesta reunião não foi convocada pela MAF e foi o PPD/PSD que diligenciou quem podia fazer as sucessivas substituições e passou a informação/documentos para esta reunião e, no seu entender, não cabe ao partido ou às pessoas eleitas andar a passar a informação de uns para os outros. Referiu, ainda o facto de a pessoa presente ser a quarta eleita do PPD/PSD e não constar da lista de inscritos para estar presente na AF.

Marta Ferro interveio para dizer como esta e o PS procedem para ser substituída em AF e Paulo Lopes mostrou a sua discordância em relação aos procedimentos seguidos pelo PS e, uma vez mais, solicitou que a MAF se demitisse em bloco por não conseguir cumprir com as competências que lhe estão atribuídas nos termos da lei.

O PMA disse a Paulo Lopes que compete ao membro que quer ser substituído assegurar a sua substituição e passar a documentação entregue no protocolo e face à discordância de Paulo Lopes relativamente a este procedimento, o PMA questionou a razão por que aquele punha em causa a presença de Ana Maia na reunião, designadamente, se era por enquanto representante do partido PPD/PSD não se sentir representado por aquele elemento.

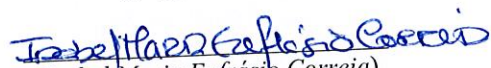
Isabel Correia interveio para dizer que na sua opinião havia uma intenção clara de Paulo Lopes no procedimento por si seguido, caso contrário, teria simplesmente havido a falta de um elemento do PPD/PSD, nesta reunião.

Por fim, Paulo Lopes referiu que o que estava em causa era a falha da MAF na entrega de documentação à pessoa que substituiu Marco Rodrigues e a falta de confirmação pela MAF da pessoa presente na reunião e desafiou outros elementos da AF a pronunciarem-se sobre o assunto.

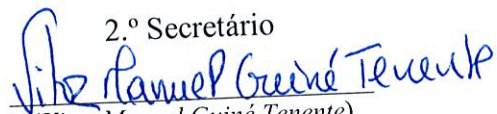
Não tendo havido pedidos de intervenção de nenhum elemento da AF, o PMA agradeceu a pertinente intervenção de Paulo Lopes e passou-se à leitura e aprovação da ata em minuta por unanimidade dos presentes.

E nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião da qual foi elaborada a presente ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelos secretários e presidente da MAF.

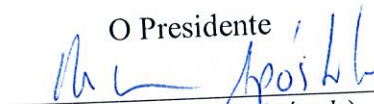
1.º Secretário


(Isabel Maria Eufrásio Correia)

2.º Secretário


(Vitor Manuel Guiné Tenente)

O Presidente


(Rui António Seguro Apóstolo)